Comunicado da CPRUP

A Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas, reunida em Fort de France a 17 de maio de 2022, sob a presidência de Serge Letchimy, Presidente da coletividade territorial da Martinica, após uma primeira reflexão conjunta, tomou nota das orientações definidas na Comunicação da Comissão Europeia de 3 de maio de 2022, intitulada " Dar prioridade às pessoas, garantir o crescimento sustentável e inclusivo, realizar o potencial das regiões ultraperiféricas da UE ".

Esta Comunicação surge na sequência das posições expressas pela Conferência dos Presidentes das RUP, tanto na declaração final, de 18 de novembro de 2021 (Ponta Delgada, Açores), como no contributo, do passado dia 19 de janeiro, adotado conjuntamente com a França, a Espanha e Portugal.

A Comunicação responde apenas parcialmente a algumas das nossas preocupações, como:

- Os problemas demográficos que os nossos territórios conhecem;
- O futuro das nossas frotas de pesca;
- A definição de meios concretos, nomeadamente legislativos, para a operacionalização, em concreto, da estratégia;
- Uma possível reforma do POSEI.

A Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas acolhe favoravelmente as novas orientações europeias que visam:

- Colocar como prioridade o bem-estar das populações das RUP, cidadãos europeus;
- Reforçar a parceria estratégica das RUP com a Comissão Europeia;
- Promover a qualidade do diálogo e da concertação através de novos instrumentos específicos;
- Prosseguir na adoção de medidas para as RUP adaptadas às suas necessidades;
- Adotar medidas urgentes, adaptadas e adequadas para a gestão dos desafios específicos da imigração irregular nas RUP, enquanto fronteiras últimas da UE.

A utilização, mais alargada, de novas oportunidades no âmbito das políticas sectoriais da União, até agora pouco acessíveis, constitui, igualmente, um passo positivo para o qual a Conferência reafirma o seu empenho.

No entanto, a Conferência espera a concretização rápida das medidas propostas na Comunicação e, num contexto de múltiplas crises, sublinha a urgência de respostas imediatas, que garantam que as RUP não sejam deixadas "à margem".

Assim, regista, nesta fase, o compromisso global da Comissão Europeia de utilizar o artigo 349.º do TFUE, contudo continua a interrogar-se e, portanto, a preocupar-se, com a sua não utilização, particularmente no contexto do pacote legislativo "Fit for 55", tão preocupante em termos de consequências para um tratamento justo das populações das RUP.

Recorda que a biodiversidade destes territórios nos situa de facto como contribuintes negativos no que respeita aos objetivos de redução de emissões de carbono.

Reitera que as suas populações já são penalizadas pelos sobrecustos resultantes do seu grande afastamento e não poderão suportar um novo imposto europeu sobre as emissões de carbono. Esta ameaça teria repercussões insuperáveis para as ligações aéreas e marítimas das suas regiões, tanto internas como externas.

Além disso, as suas regiões sofrem as consequências negativas das perturbações no abastecimento por via marítima: para além da escassez de matérias-primas, bens de consumo corrente, alimentos para animais e fertilizantes, em particular, há atrasos na entrega de mercadorias, um aumento excessivo no custo dos fretes, da energia e dos fatores de produção. O poder de compra das famílias está, neste momento, seriamente afetado e os vários sectores de atividade sofrem os significativos custos adicionais de natureza conjuntural, que acrescem aos sobrecustos estruturais ligados aos constrangimentos identificados no artigo 349.º do TFUE.

A recuperação pós crise sanitária está atualmente comprometida devido a uma nova onda de choque sobre as economias das RUP, imprevisível e massiva, que testemunha a particular vulnerabilidade destas regiões. Esta situação está a atrasar muito a execução dos projetos financiados pela REACT EU, exigindo, por isso, um adiamento de mais dois anos, para além de 31 de dezembro de 2023, para permitir que as RUP possam alcançar os seus objetivos de recuperação. Da mesma forma, requer medidas de simplificação e de flexibilização dos programas 2021-2027, em benefício dos cidadãos.

A Conferência apela assim à adoção urgente de soluções pragmáticas e à medida das suas necessidades a fim de evitar que o objetivo de uma recuperação económica, social e sustentável seja comprometido.

Concluindo, a Conferência insta a Comissão Europeia a elaborar em simultâneo um roteiro operacional e o respetivo calendário de concretização.

Finalmente, espera uma mobilização decisiva por parte da França, da Espanha e de Portugal para acelerar, completar e tornar esta estratégia operacional, começando já nas conclusões do Conselho da UE sobre as Regiões Ultraperiféricas do próximo mês de junho.